

#45 | 1961. ALIANÇA PELO PROGRESSO

Um empréstimo de 20 bilhões de dólares, durante o período de 10 anos, em troca dos países latinoamericanos “promover a democracia e liberdade”. Este é o mote do programa de auxílio e desenvolvimento econômico proposto por **John F. Kennedy** [#99] logo no início do seu mandato como presidente. A relação EUA e América Latina foi abalada durante a década de 50, período do governo Eisenhower, que apoiou ditaduras militares pelo continente, gerando um mal estar político na região e um receio, por parte dos EUA, dos países latinos estreitarem laços com o socialismo soviético. Por isso, em agosto de 1961, foi assinada a Carta de Punta del Este, no Uruguai, reforçando o compromisso estadunidense. Todos os países presentes assinaram, com exceção de Cuba.

Com metas audaciosas, como aumentar a renda per capita anualmente em 2,5%, controle da inflação e erradicação do analfabetismo adulto, o programa ajudou a construir portos, ferrovias e dobrou o número de alunos em escolas, mas os resultados ficaram longe das principais metas e o programa teve grandes dificuldades. Primeiramente, apenas 7 bilhões de dólares foram investidos (menos da metade do valor prometido), se mostrando insuficiente, principalmente para o rápido crescimento populacional dos países da América Latina. A minoria dos países conseguiu atingir a meta de crescimento anual, a reforma agrária praticamente não andou e o analfabetismo não foi erradicado,

#46 | 1961. CAMPANHA DA LEGALIDADE

A Campanha da Legalidade foi um movimento político e social deflagrado em agosto de 1961, no Brasil, em resposta à tentativa de impedir a posse constitucional do vice-presidente **João Goulart** [#54] após a renúncia de Jânio Quadros. Inserida em um contexto de forte polarização política, Guerra Fria e crescente anticomunismo, a Legalidade representou uma reação das forças nacionalistas e democráticas contra a ação golpista articulada por setores conservadores civis e militares, que alegavam que Jango representava uma ameaça “subversiva” à ordem.

O epicentro da resistência foi o Rio Grande do Sul, sob a liderança do então governador Leonel Brizola. A partir do Palácio Piratini, Brizola mobilizou amplos setores da sociedade — trabalhadores, estudantes, parlamentares, sindicatos e organizações civis — e contou com o apoio decisivo do III Exército, comandado pelo general Machado Lopes. Um dos instrumentos centrais da mobilização foi a chamada Cadeia da Legalidade, uma rede de emissoras de rádio que rompeu a censura imposta pelos ministros militares e articulou a resistência em escala nacional, transformando a defesa da Constituição em uma causa popular.



apesar de ter tido uma melhora. Além disso, John F. Kennedy sofreria um atentado em 1963 e seus sucessores, Lyndon B. Johnson e Richard Nixon, não demonstraram tanto entusiasmo com o programa. Nixon enterraria o programa 10 anos após a morte de JFK, em 1973.

Fontes:
1 - JOHN F. KENNEDY PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM. Alliance for Progress (Alianza para el Progreso).
2 - SMITH, Peter H. Talons of the Eagle: Dynamics of U.S.-Latin American Relations. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2000.
3 - IORIS, Rafael R.; MOZER, Josiane. Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a política editorial de modernização da América Latina no contexto da Guerra Fria. Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 529-548, out./dez. 2019. DOI: 10.5007/2175-7976.2019.e61478.
FOTO: US Gov, 1961 - Domínio Público - Wikimedia Commons.



A vitória do movimento em 1961 garantiu a posse de João Goulart, ainda que sob a imposição do parlamentarismo, aprovado pelo Congresso como solução de compromisso. Esse desfecho revelou os limites da Legalidade: embora tenha frustrado a tentativa imediata de golpe, não eliminou o projeto autoritário das elites conservadoras. Pelo contrário, aprofundou a radicalização política e contribuiu para a reorganização das forças que, três anos depois, seriam bem-sucedidas no **Golpe Militar de 1964** [#57].

Por um lado, a campanha demonstrou a capacidade de mobilização popular em defesa da ordem constitucional e desmentiu a ideia de que o golpe de 1964 foi resultado de um consenso nacional. Por outro, evidenciou a fragilidade da democracia brasileira diante da coesão das classes dominantes, do anticomunismo e da influência externa, especialmente dos Estados Unidos. A Legalidade permanece como um dos raros momentos em que a defesa da Constituição se traduziu em ação concreta de massas, tornando-se referência obrigatória para compreender tanto as possibilidades quanto os limites da democracia no Brasil do século XX.

Fontes:
1 - KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, luta de classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). Anos 90, Porto Alegre, 2011.
2 - DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1987.
FOTO: Agência Senado, 1961 - CC Zero Universal - Memórias da Ditadura.

#47 | 1961. DIPLOMACIA AMERICANA

A tese de que havia um perigo comunista na América Latina era muito corroborada pelos diplomatas estadunidenses no continente, principalmente após a **Revolução Cubana** [#39]. John Moors Cabot, embaixador dos EUA na Colômbia e Brasil no período, era um dos mais alarmistas, frontalmente contrário à PEI, Política Externa Internacional, que propunha o Brasil ter negócios tanto com os países capitalistas quanto socialistas, acusando Jânio Quadros de ser leniente com o comunismo. Seu sucessor, Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil durante os governos JFK e Lyndon Johnson, no entanto, não era apenas um crítico mas atuou no **Golpe de 64 no Brasil** [#57], mesmo declarando que o golpe havia sido “100% brasileiro”.

PhD em economia por Oxford e professor em Harvard, Lincoln Gordon teve uma carreira na academia e na política, sendo administrador do Plano Marshall e um dos organizadores da **Aliança pelo Progresso** [#45]. Na cadeira de embaixador dos EUA no Brasil, Gordon via em **João Goulart** [#54] uma ameaça anti-estadunidense. Documentos da pesquisadora Phyllis Parker revelam sua oposição a Jango e proximidade com alguns militares,

principalmente o general Humberto Castello Branco. Em um de seus diálogos mais famosos, Gordon alerta ao presidente John Kennedy que “**Ele [Goulart] está entregando o maldito país aos comunistas**”. Além de financiar o apoio a governadores anti-Jango na eleição de 1962, os EUA também prepararam um documento chamado “**Um Plano de Contingência para o Brasil**”, escrito pelo próprio Lincoln Gordon em 63, antevendo o golpe que viria no ano seguinte. Com ele consumado, o embaixador também registrou preocupação com a “cor de legitimidade” da manobra militar, tarefa que a mídia nacional e os **Think Thanks** [#18] estadunidenses executaram muito bem.

Fontes:
1 - Melo, R. S. (2024). OS ESTADOS UNIDOS E A ATUAÇÃO DE LINCOLN GORDON NO GOLPE DE 1964: A CONSTRUÇÃO DA LEGALIDADE. História: Questões & Debates, 72(1).
2 - GREEN, James N.; JONES, Abigail. Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 67-89, jun. 2009. DOI:10.1590/S0102-01882009000100003.
FOTO: Autor Desconhecido, Arquivo Nacional, 1965 - Domínio Público - Wikimedia Commons.

#48 | 1961. INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS

A Invasão da Baía dos Porcos foi uma operação militar fracassada conduzida pelos Estados Unidos contra Cuba em abril de 1961, no auge da Guerra Fria (1947-1991). Planejada ainda no governo Eisenhower e executada sob **John F. Kennedy** [#99], a ação consistiu no treinamento e financiamento, pela CIA, de cerca de 1.400 exilados cubanos - a Brigada 2506 - com o objetivo de derrubar o governo revolucionário de **Fidel Castro** [#108], instalado em 1959.

O plano partia de um pressuposto central: a ideia de que o regime cubano era frágil e impopular. A invasão, iniciada em 17 de abril de 1961 na região da Playa Girón, previa ataques aéreos prévios para destruir a força aérea cubana e a rápida formação de um governo provisório no território ocupado. Contudo, por razões diplomáticas e pelo temor de uma escalada direta com a **União Soviética** [#92], Kennedy cancelou parte crucial do apoio aéreo, deixando os invasores isolados.

O resultado foi uma derrota militar em menos de 72 horas. As forças revolucionárias, apoiadas por milícias populares e com comando direto de Castro, cercaram os invasores, capturando cerca de 1.100 combatentes. Como destaca Piero Gleijeses, o fracasso revelou “**uma combinação de arrogância estratégica e profunda incompreensão da realidade social cubana**” (Conflicting Missions). Para Cuba, o episódio consolidou a narrativa da “primeira grande derrota do imperialismo na América Latina” e fortaleceu a legitimidade interna da revolução.

Do ponto de vista internacional, a invasão teve efeitos duradouros: acelerou o alinhamento de Cuba à União Soviética, contribuiu diretamente para a **Crise dos Mísseis de 1962** [#49] e expôs os limites da guerra encoberta norte-americana no continente. A Baía dos Porcos tornou-se, assim, um divisor de águas da Guerra Fria no hemisfério ocidental.

Fontes:
1 - Bandeira, Luiz Alberto Moniz. De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina. Civilização Brasileira, 1998.
2 - Gleijeses, Piero. Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976. UNC Press, 2002.
3 - Kornbluh, Peter. Bay of Pigs Declassified. The New Press, 1998.
FOTO: Raul Corrales, Associated Press, 1961 - Domínio Público - The Canadian Press.

